



EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

4

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(ORGANIZADOR)

Atena
Editora

Ano 2020



EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

4

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(ORGANIZADOR)

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^a Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof^a Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação: atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado 4

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>Educação [recurso eletrônico] : atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado 4 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-271-5 DOI 10.22533/at.ed.715201908</p> <p>1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Planejamento educacional. I. Silva, Américo Junior Nunes da.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores brasileiros.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo destrato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. Precisamos criar diferentes espaços de resistência a todos os retrocessos que nos estão sendo impostos. O quarto volume deste livro, intitulado “**Educação: Atualidade e Capacidade de Transformação do Conhecimento Gerado**”, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, aqueles que pensam a Educação Inclusiva em diferentes instituições e regiões do país.

Este livro, portanto, reúne trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional brasileiro e as questões voltadas a inclusão. Os capítulos que compõe essa obra abordam, de forma interdisciplinar, a partir da realização de pesquisas, relatos de casos e revisões, problemas e situações comuns do contexto educacional e que apresentam como objeto de estudo a Educação Inclusiva.

Por fim, ao levar em consideração todos os elementos que apresentamos anteriormente, esta obra, a partir das discussões que emergem de suas páginas, constitui-se enquanto importante leitura para aqueles que fazem Educação no país ou aqueles que se interessam pelas temáticas aqui discutidas. Nesse sentido, desejo uma boa leitura a todos e a todas.

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: A EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA	
Anatália Dejane Silva de Oliveira Gracy Kelly Andrade Pignata Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.7152019081	
CAPÍTULO 2	14
MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO SUPERIOR: ANÁLISE A PARTIR DE SINOPSES ESTATÍSTICAS	
Juliane Aparecida de Paula Perez Campos Waldísia Rodrigues de Lima Graciliana Garcia Leite	
DOI 10.22533/at.ed.7152019082	
CAPÍTULO 3	24
JOGO LIBRÁRIO DO MEIO AMBIENTE: TECNOLOGIA SOCIAL E DESIGN PARA O ENSINO DE LIBRAS	
Flavia Neves de Oliveira Castro Nadja Maria Mourão Rita de Castro Engler Isabela Cristina Teixeira Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.7152019083	
CAPÍTULO 4	33
INCLUSÃO DE LIBRAS PARA CRIANÇAS OUVINTES POR MEIO DE JOGOS EDUCATIVOS	
Marina Barros Batista Almir Vieira de Sousa Neto Jackeline Dias Cunha Nogueira Amanda Azevedo Torres Esther Barata Machado Barros Yndri Frota Farias Marques Tamara Simão Bosse Adriano Joab Meneses Mesquita Rebeca Coêlho Linhares Luana Cristina Farias Castro Áurea Izabel de Andrade Barroso Clesivane do Socorro Silva do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.7152019084	
CAPÍTULO 5	38
A TRAJETÓRIA DA CRIANÇA COM TEA: DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO INGRESSO NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Paloma Rodrigues Cardozo Andreia Mendes dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.7152019085	
CAPÍTULO 6	46
LIBRAS E A EDUCAÇÃO INTERPROFISSIONAL	
Alana Francine Freitas Xavier Larissa Ingreddy Tavares Andreia de Cassia Silva Machado	

Ludmila Grego Maia
Patrícia Leão da Silva Agostinho
Yolanda Rufina Condorimay Tacsí
Katarinne Lima Moraes

DOI 10.22533/at.ed.7152019086

CAPÍTULO 7 52

A INCLUSÃO DE UM ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN EM UMA ESCOLA DE ENSINO REGULAR EM FORTALEZA-CE: PRÁTICAS DOCENTES NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Francisca Camila Araújo da Silva
Antonia Kátia Soares Maciel

DOI 10.22533/at.ed.7152019087

CAPÍTULO 8 61

O PAINEL SENSORIAL COMO UM INSTRUMENTO PEDAGÓGICO PARA O PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Francisca Helen Veloso Euzébio
Ana Caroline Marques de Araújo
Renata Gomes Monteiro

DOI 10.22533/at.ed.7152019088

CAPÍTULO 9 70

POLÍTICAS INCLUSIVAS E COMPENSATÓRIAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

Diana Gurgel Pegorini

DOI 10.22533/at.ed.7152019089

CAPÍTULO 10 75

A IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO PARA PESSOAS SURDAS: ESPAÇO DE INTERAÇÃO E VISIBILIDADE DA CULTURA SURDA

Marcia Pereira de Sousa
Normandia de Farias Mesquita Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.71520190810

CAPÍTULO 11 85

REFLEXÕES ACERCA DA INCLUSÃO DO ALUNO SURDO E O ENSINO DE LIBRAS

Ana Claudia Tenor

DOI 10.22533/at.ed.71520190811

CAPÍTULO 12 95

LIBRAS EM MODALIDADE SINALIZADA E O PORTUGUÊS EM MODALIDADE ESCRITA: OS SURDOS EM MEIO À SOCIEDADE GRAFOCÊNTRICA

Josiane Coelho da Costa
Heridan de Jesus Guterres Pavão Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.71520190812

CAPÍTULO 13 105

ANÁLISE CONCEITUAL DE TERMINOLOGIAS EM LIBRAS DAS DISCIPLINAS DE QUÍMICA E BIOLOGIA

Tháisa Cardoso Nascimento Borges
Maloní Montanini Mafei César
Michelly Christine dos Santos
Lourena Cristina de Souza Barreto

DOI 10.22533/at.ed.71520190813

CAPÍTULO 14 119

A LUDICIDADE COMO FERRAMENTA PARA O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Ana Beatriz Guimarães Quadros
Daniele Pereira de Sousa
Simone Maria Campelo Machado
Degiane da Silva Farias

DOI 10.22533/at.ed.71520190814

CAPÍTULO 15 134

EDUCAÇÃO ESPECIAL EM CONTEXTOS DISTINTOS: BRASIL E MOÇAMBIQUE

Amisse Alberto
Márcia de Fátima Barbosa Corrêa
Neusa Teresinha Rocha dos Santos
Cláudia Aparecida Prates

DOI 10.22533/at.ed.71520190815

CAPÍTULO 16 141

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE AS AÇÕES DE FORMAÇÃO DO IFRN

Josanilda Mafra Rocha de Moraes
Lenina Lopes Soares Silva

DOI 10.22533/at.ed.71520190816

CAPÍTULO 17 152

CONSCIÊNCIA LINGUÍSTICA NO ENSINO DE INGLÊS PARA SURDOS

Bruna de Oliveira Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.71520190817

CAPÍTULO 18 159

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E GARANTIA DE DIREITO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Andréia Farias de Jesus
Ana Marta Gonçalves Soares
Daniel Costa Gomes de Souza
Lucas Bastos de Oliveira Lima

DOI 10.22533/at.ed.71520190818

CAPÍTULO 19 167

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E O DIREITO À CIDADE

Samantha Sena e Pinto
Julia Freitas
Ivonete Barreto de Amorim
Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres

DOI 10.22533/at.ed.71520190819

CAPÍTULO 20 180

O ESTUDO DO DISCURSO COMO INSTRUMENTO DE ENSINO DE LIBRAS COMO L2 PARA SURDOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Andréa dos Guimarães de Carvalho
Gilmar Garcia Marcelino
Kelly Francisca da Silva Brito
Renata Rodrigues de Oliveira Garcia

DOI 10.22533/at.ed.71520190820

CAPÍTULO 21	187
REVISÃO DA LITERATURA SOBRE DISLEXIA: CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA Marília Piazzzi Seno Simone Aparecida Capellini DOI 10.22533/at.ed.71520190821	
CAPÍTULO 22	196
O <i>CUIDADOR</i> ESCOLAR EM UM SISTEMA EDUCACIONAL INCLUSIVO Rosimar Bortolini Poker Bruna Caroline Cardoso Komatsu DOI 10.22533/at.ed.71520190822	
SOBRE O ORGANIZADOR	208
ÍNDICE REMISSIVO	209

MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO SUPERIOR: ANÁLISE A PARTIR DE SINOPSES ESTATÍSTICAS

Data de aceite: 03/08/2020

Juliane Aparecida de Paula Perez Campos

Professora Associada do curso de Licenciatura em Educação Especial e do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Psicologia. São Carlos, SP, Brasil. Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Escolarização da Pessoa com Deficiência (GEPEPD).

<http://lattes.cnpq.br/3169299095370522>

Waldísia Rodrigues de Lima

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). São Carlos, SP, Brasil. Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Escolarização da Pessoa com Deficiência (GEPEPD).

<http://lattes.cnpq.br/4899507078393026>

Graciliana Garcia Leite

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). São Carlos, SP, Brasil. Bolsista Capes. Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Escolarização da Pessoa com Deficiência (GEPEPD).

<http://lattes.cnpq.br/8318458556808830>

Texto originalmente apresentado no Congresso Brasileiro de Educação - Unesp Bauru 2019. Para essa publicação foram incorporadas novas análises.

RESUMO: Essa pesquisa tem como objetivo analisar as matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial no Ensino Superior. Trata-se de uma pesquisa documental, com foco na análise qualitativa. Os dados foram levantados pelas Sinopses Estatísticas, disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep), referente ao período 2014 a 2018. Os resultados indicam que a maioria dos estudantes está matriculado na rede privada e estadual de ensino. As regiões sudeste e nordeste concentram o maior quantitativo de estudantes. Em relação à condição educativa, a maior parte dos estudantes tem deficiência física, baixa visão, deficiência auditiva e superdotação. Conclui-se assim que embora tenha aumentado o número de pesquisas sobre a inclusão das pessoas com deficiência no Ensino Superior, ainda existe uma lacuna quanto as discussões a respeito da evolução do número de matrículas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Educação Superior. Sinopses Estatísticas.

SPECIAL EDUCATION ENROLMENTS IN
HIGHER EDUCATION: ANALYSIS FROM
STATISTICAL SYNOPSIS

ABSTRACT: This research aims to analyze

the enrolment of students, with a focus on Special Education in higher education. It may be characterized as documentary research, focusing on qualitative analysis. The data was collected by the Synopses Statistics, made available by the National Institute of Studies and Research Anísio Teixeira (Inep), for the period 2014 to 2018. The results indicate that the majority of students are enrolled in the private and state education network. Notably, the southeast and northeast regions exhibited the largest concentrations of students. Regarding the educational condition, most students have physical disabilities which include low vision, hearing impairment and giftedness. It is concluded that although the volume of research on the inclusion of people with disabilities in Higher Education has increased, there is still a gap in the discussions regarding the evolution in the number of enrolments.

KEYWORDS: Special Education. Higher Education. Synopses Statistics.

1 | INTRODUÇÃO

A inclusão educacional no Brasil é recente e enquanto política pública, somente consolidou-se, por força do documento da Política Nacional na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEPEI) em 2008. Anteriormente, os estudantes com deficiência eram atendidos nas escolas especiais em atendimentos exclusivistas. Essa concepção da Educação Especial era baseada no atendimento educacional, paralelo ao Sistema de Ensino, e adotava uma visão médica-psicológica da educação (BRASIL, 2008; JANUZZI, 2012).

A partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEPEI (2008) a Educação Especial passou a ser transversal ao Sistema de Ensino - municipal, federal e estadual, e os atendimentos passaram a ocorrer em todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive no Ensino Superior (BRASIL, 2008).

Embora tenha havido um número significativo de decretos que normatizaram o Ensino Superior como o Decreto nº 2.207/1997, Decreto nº 2.306/1997, Decreto nº 3.860/2001, Decreto nº 5.773/2006, já extintos; e o atual Decreto nº 9.235/2017, esse último em vigor, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino, ainda assim, os documentos se mostravam insatisfatórios para a inclusão das pessoas com deficiência. Apesar das políticas públicas elaboradas para a democratização do acesso e a expansão de vaga no Ensino Superior, amparados pela Constituição Federal de 1988, o qual trouxe autonomia didática, financeira e patrimonial às universidades, previsto no artigo 207, não foi possível garantir o acesso das pessoas com deficiência no Ensino Superior (BRASIL, 1988; BRASIL, 1997a; BRASIL, 1997b; BRASIL, 2001; BRASIL, 2017).

Como mudança desse panorama, a política de inclusão das pessoas com deficiência no Ensino Superior começou a tomar forma com o Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 que regulamentava a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, a qual dava

prioridade ao atendimento às pessoas especificadas na lei, a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabeleceu as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, como também o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamentava a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 e dispunha sobre a Língua Brasileira de Sinais, garantindo sua obrigatoriedade em cursos de nível superior definidos no corpo da lei (BRASIL, 2000a; BRASIL, 2000b; BRASIL, 2002; BRASIL, 2004; BRASIL, 2005).

Essas legislações embasaram em 2005 o Programa Incluir que visava atender as Instituições Federais de Ensino Superior com aportes financeiros, com a finalidade de implantar a política de inclusão das pessoas com deficiência. Dessa forma, os projetos elaborados pelas instituições federais de ensino serviram a criação e consolidação de Núcleos de Acessibilidade, afim de eliminar as barreiras físicas, de comunicações, pedagógicas, de informações e atitudinais no ambiente acadêmico, dotando as instituições de ensino com recursos para a aquisição de equipamentos e materiais didáticos para tornar os ambientes acessíveis ao ensino e aprendizagem desses estudantes (BRASIL, 2013).

No entanto, Siqueira e Santana (2010) em estudo analisou o Programa Incluir e concluiu que após cinco anos de implementação do programa, havia lacunas a serem observadas pelo programa e a necessidade de atender o sujeito e as relações cotidianas dos estudantes com deficiência congregando ações para além da aquisição de produtos, tecnologia assistiva e infraestrutura, mas também deveria investir em ações voltadas para as atitudes sociais, ensino e pesquisa, sugerindo que havia um distanciamento da lei e a realidade cotidiana no processo inclusivo das universidades.

Em 2015 a Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146/2015, veio fortalecer a política de direito ao acesso ao Ensino Superior ao determinar no corpo da lei que a inclusão das pessoas com deficiências no Ensino Superior, deve atender “o acesso, a igualdade de oportunidades e condições como as demais pessoas, assim como, a igualdade de direitos, independentemente da deficiência, e prevendo sanções e punições a quem descumpram os termos dessa lei com pena de reclusão e multa a quem “[...] Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência.” (BRASIL, 2015).

Quanto ao respeito aos direitos de acesso dos estudantes com deficiência nas instituições de Ensino Superior Federais, a Lei nº 13.409/2016, que alterou a Lei de Cotas nº 12.711/2012, veio atender essa demanda uma vez que a lei anterior não atendia a reserva de vagas para as pessoas com deficiência (BRASIL, 2012).

A inclusão do público-alvo da Educação Especial, na política de cotas aprovada na Lei nº 13.409/2016, constituiu-se num avanço para o ingresso das pessoas com deficiência nas universidades federais, tendo em vista que a legislação anterior, Lei nº 12.711/2012, destinava reservas de vagas, apenas para negros e índios (BRASIL, 2012; BRASIL, 2016). Nessa atual legislação houve ainda a alteração e a normatização, dispondo-se sobre

a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. O direito de acesso das pessoas com deficiência foi respeitado e relacionou-se o percentual de ingresso aos dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) além de definir no corpo da lei, data para sua revisão a partir de sua aprovação - dez anos a contar da data da sua aprovação (BRASIL, 2016).

Para Januário (2019), após a lei de cotas, nota-se uma evolução no número de pesquisas abordando a inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior, embora ainda sejam poucos os trabalhos que discutem a evolução dos dados atuais de matrículas.

Salata (2018, p. 226) indicou em seus estudos que o processo de democratização da educação superior, teve ligação com o setor privado e foram marcados por três períodos relacionados a “[...] expansão, políticas direcionadas à sua democratização e, mais uma vez, assim como nos ciclos anteriores, uma crescente participação do setor privado.

Nessa direção, Petten *et al.* (2018, p.128) indicam em seus estudos, que as políticas públicas nessa área “(...) são recentes, muito possivelmente, porque mesmo o acesso ao nível anterior de ensino, a educação básica, ainda era, até pouco tempo, objeto de discussão e tensionamento.”

Documentos legais sobre o Ensino Superior fazem referência a acessibilidade para as pessoas com deficiência, priorizando-se a acessibilidade arquitetônica, porém não abordam outras necessidades específicas das demais pessoas com deficiência, como a promoção do atendimento especializado, a formação dos professores e adaptação curricular entre outros aspectos importantes.

Logo, essa demanda de estudantes com deficiência no Ensino Superior é resultado da política de inclusão de acesso ao ensino regular e de seu percurso acadêmico e, sobretudo, pela política de cotas que normatizou e garantiu o ingresso das pessoas com deficiência no Ensino Superior que são recentes no Brasil e ainda com escassos estudos.

Por isso, justifica-se estudos que dialoguem com a evolução dos dados das matrículas, a fim de se compreender como esse quantitativo se relaciona com as legislações que apoiam a inclusão e com o acesso e permanência desses estudantes em todos os âmbitos do ensino, incluindo-se o Ensino Superior.

2 | METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa tem o cunho documental e análise qualitativa dos dados encontrados nas sinopses estatísticas do Ministério da Educação. A partir desses dados foram organizados quadros representativos dessas sinopses e as respectivas análises qualitativas.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para dialogar com os resultados apresentados e considerando a pertinência acadêmica do objeto de estudo, foram incluídas como recorte temporal entre 2010 e 2019 de pesquisas que dialogam com essa temática, em buscas exclusivas na base de dados da SCHOLAR. Assim observou-se que existe uma demanda produtiva maior de estudos sobre dados estatísticos de pessoas com deficiência na educação básica e escassos estudos no Ensino Superior. E embora se constate o aumento de matrículas no Ensino Superior de pessoas público alvo da Educação Especial, nota-se imprecisões em alguns dados do Inep e escassas pesquisas envolvendo essa demanda em relação ao Ensino Superior, uma temática recente nas pesquisas (CASTRO, DALL'ACQUA, 2013; MELETTI, BUENO, 2010; MARTINS, LEITE, LACERDA, 2015; BREITENBACH, COSTAS, 2018).

Em estudo Martins, Leite e Lacerda (2015, p.1008), indicaram que apesar de encontrarem dificuldades na disponibilização dos resumos técnicos quanto ao acesso das pessoas com deficiência ao Ensino Superior de 2000 a 2014, eles também notaram que houve evolução de matrículas “(...) em cursos de graduação presencial e a distância, sobretudo em instituições públicas após a criação do Programa Incluir” e concluíram que em termos numéricos, as matrículas das pessoas com deficiência no Ensino Superior representava “(...) uma camada mínima da população com deficiência efetivamente matriculada nessa etapa da escolarização.” Se comparados esses dados com os atuais no período de 2014 a 2018, percebeu-se que houve uma evolução mais significativa em relação ao período anterior apresentado pelas pesquisadoras, talvez esse aumento tenha relação com a alteração na lei de cotas em 2016 que incluiu as pessoas com deficiência dentro das cotas para acesso ao Ensino Superior.

Cabe esclarecer que os dados das sinopses estatísticas estão dissonantes entre a nomenclatura utilizada para se referir ao público-alvo da Educação Especial, uma vez que a LDBEN nº 9.394/96, se refere como sendo “[...] educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.” No Decreto Legislativo nº 186/2008 e na Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146/ 2015, legislações basilares das pessoas com deficiência, definem como sendo ‘pessoas com deficiências’ e as sinopses estatísticas como ‘necessidade educativa especial’, nomenclatura abolida com os balizadores da Educação Inclusiva (BRASIL, 1996; BRASIL, 2015). Não houve uma explicação teórica sobre a definição ‘necessidade educativa especial’. Talvez essa escolha possa ter sido em função das pessoas com superdotação e das pessoas com Transtorno do Espectro Autista, definido na Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, Lei nº 12.764/2012, mas não houve clareza nesse dado (BRASIL, 2012).

É relevante destacar que nas sinopses estatísticas de 2014 a 2018, o Ministério da Educação indicou em nota de rodapé como esclarecimento que “(...) O mesmo aluno pode

ter mais de um tipo de deficiência. Ele será computado em todos os casos”, sendo assim, eles cadastraram a mesma pessoa em ambas ou mais situações de deficiência e não se considerou a pessoa com deficiência múltipla apenas como uma matrícula (BRASIL, 2014; BRASIL, 2015; BRASIL, 2016; BRASIL, 2018).

As análises ou dados apresentados a seguir estão organizados em: Tabela 1: Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Categoria administrativa; Tabela 2: Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Região Geográfica e Tabela 3: Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Tipo de Necessidade Especial, com suas respectivas análises.

Tabela 1: Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Categoria Administrativa

Categoria Administrativa	2014	2015	2016	2017	2018
Federal	10.847	12.990	12.053	10.921	12.758
Estadual	2.724	2.719	2.754	3.492	4.078
Municipal	587	307	280	245	203
Privada	19.986	22.821	21.668	25.197	28.927
Total	34.144	38.837	36.755	39.855	45.966

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras, adaptado das Sinopses Estatísticas 2014-2018.

A Tabela 1 sobre Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Categoria administrativa, na esfera federal nota-se que houve oscilações no número de matrículas no período de 2014 a 2018. Em relação a 2014 houve acréscimo em 2015, decréscimo em 2016 em relação a 2015 e acréscimo em relação a 2017 em relação a 2016, voltando a apresentar novo decréscimo em 2018. Essas oscilações ano a ano suscitam indagações, pois não são compatíveis com as medidas adotadas na política de cotas para as instituições federais considerando o acesso das pessoas com deficiência. Mesmo assim, se comparados aos dados iniciais de 2014 em relação a 2018 houve um acréscimo de 116%.

Quanto as universidades estaduais, foi possível perceber que houve um aumento 149% de 2014 a 2018, indicando um relevante acréscimo no ingresso de novos estudantes com deficiência nessas instituições de Ensino Superior. Assim como nas instituições de Ensino Superior privado, com um aumento em 144% nas matrículas se comparados o período de 2014 a 2018. Na rede estadual as matrículas seguiram com tendência de crescimento no período analisado. Enquanto, que na rede municipal as matrículas tiveram uma redução gradativa no período analisado. No geral, as sinopses estatísticas do Ministério da Educação indicam o crescimento de matrículas nas universidades brasileiras, observando-se um decréscimo nas matrículas totais apenas no ano de 2016 (BRASIL, 2014; BRASIL, 2016; BRASIL, 2017; BRASIL, 2018).

Tabela 2: Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Região Geográfica

Região Geográfica	2014	2015	2016	2017	2018
Norte	2.923	2.962	2.998	3.177	3.830
Nordeste	10.795	11.830	8.072	9.339	10.345
Sudeste	11.446	13.174	15.501	15.530	18.577
Sul	6.231	6.713	7.126	7.603	8.651
Centro-Oeste	2.749	4.158	3.058	4.203	4.559

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras, adaptado das Sinopses Estatísticas 2014-2018.

Enquanto na Tabela 2 das Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Região Geográfica, fica claro que existe uma evolução no número de matrículas continuamente nas regiões norte, sul e sudeste. Nas regiões nordeste e centro-oeste, as matrículas tiveram uma redução no ano de 2016, seguida por aumento nos anos seguintes, 2017 e 2018.

Tabela 3: Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Tipo de Necessidade Especial

Necessidade Educativa Especial	2014	2015	2016	2017	2018
Cegueira	1.883	1.922	2.074	2.203	2.537
Baixa Visão	7.938	9.224	11.028	10.619	12.751
Surdez	1.629	1.649	1.738	2.138	2.235
Deficiência Auditiva	5.321	5.354	5.051	5.404	5.978
Deficiência Física	10.311	12.975	12.775	14.449	15.647
Surdocegueira	116	107	96	139	132
Deficiência Múltipla	571	632	760	690	906
Deficiência Intelectual	989	1.683	1.389	2.043	2.755
Autismo Infantil	867	173	255	378	633
Síndrome de Asperger	112	165	233	376	489
Síndrome de Rett	53	41	51	123	182
Transtorno Desintegrativo da Infância	119	104	103	226	235
Superdotação	4.235	4.808	1.202	1.067	1.486

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras, adaptado Sinopses Estatísticas 2014-2018.

Por último, na Tabela 3 sobre as Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Tipo de Necessidade Educativa Especial, mostra que a deficiência física, a baixa visão e a deficiência auditiva são as que concentram maiores estudantes matriculados. Chama a atenção o grande decréscimo de pessoas com superdotação e o aumento contínuo de matrículas de estudantes com deficiência intelectual, o que indica que esses estudantes estão conseguindo concluir sua escolarização e ingressar no Ensino Superior.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cotas foram medidas impulsionadoras do acesso as minorias ao Ensino Superior, sobretudo dos estudantes com deficiências, como medidas de proteção aos seus direitos,

mas não devem ser consideradas como um mecanismo único de garantia de ingresso, permanência e o sucesso nesse percurso acadêmico das pessoas com deficiência.

O Programa Incluir também contribuiu para o acesso das pessoas com deficiência nas instituições federais de ensino, como uma ferramenta de gestão para romper os mecanismos excludentes nas instituições de Ensino Superior. Alguns deles indicados como: a falta de acessibilidade, gerada pelas barreiras arquitetônicas, de comunicação e as barreiras atitudinais, uma vez que o objetivo do programa foi dar condições as instituições federais de Ensino Superior a execução de projetos para a instalação de política pública inclusiva visando a superação dessas barreiras.

A análise dos dados da pesquisa indica que embora tenha aumentado a quantidade de estudantes PAEE no Ensino Superior, ainda é muito escasso, o que nos remete afirmar que as políticas públicas com vistas à inclusão do público-alvo da educação especial no Ensino Superior ainda são insuficientes.

A apreciação dos dados indica muito mais do que uma questão quantitativa, pois essas matrículas revelam as possíveis necessidades dos estudantes, quanto ao acesso ao currículo, serviços e espaços acadêmicos acessíveis, dentre eles laboratórios, bibliotecas, quadras desportivas e equipamentos tecnológicos. Resta saber, como uma política de cotas voltadas para universidades públicas federais pode mesmo assim gerar oscilações e redução de alunos incluídos nas universidades federais e a quem serve essa redução, por isso se faz necessário entender o motivo do não acesso, nos anos em que ocorreram as reduções de matrículas.

Por fim, os resultados revelam que a maioria dos estudantes estão matriculados na rede privada e estadual de ensino. As regiões sudeste e nordeste concentram o maior quantitativo de estudantes. E em relação à condição educativa, a maior parte dos estudantes tem deficiência física, baixa visão, deficiência auditiva e superdotação. Cabe ressaltar que embora tenha aumentado o número de pesquisas sobre a inclusão das pessoas com deficiência no Ensino Superior, ainda existe uma lacuna quanto as discussões a respeito da evolução do número de matrículas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 08 mar. 2019.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)**: Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>> Acesso em: 08 mar. 2019.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN): Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 22 mar. 2019.

_____. **Lei nº 12.764/2012, 27 de dezembro de 2012**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 08 mar. 2019.

_____. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm > Acesso em: 27 abr. 2020.

_____. **Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000a.** Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm > Acesso em: 27 abr. 2020.

_____. **Lei nº 10.098, de 19 de Dezembro 2000b.** Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm > Acesso em: 27 abr. 2020.

_____. **Documento Orientador Programa Incluir - acessibilidade na educação superior secadi/sesu – 2013.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 9 mar. 2019.

_____. **Lei Brasileira de Inclusão (LBI): Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm>. Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm>. Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. **Decreto nº 2.207, de 15 de abril de 1997a.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2207.htm>. Acesso em: 08 mar. 2019.

_____. **Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997b.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2306.htm>. Acesso em: Acesso em: 08 mar. 2019.

_____. **Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001.** Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/dec_3860_090701.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.

_____. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 24 abr. 2020.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro 2005.** Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9961-decreto-5626-2005-secadi&Itemid=30192 >. Acesso em: 24 abr. 2020.

_____. **Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.** Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm>. Acesso em: Acesso em: 08 mar. 2019.

_____. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.** Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=78741-d9235-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: Acesso em: 08 mar. 2019.

BREITENBACH, Fabiane Vanessa; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. Estudantes com deficiência intelectual na educação superior: uma análise das teses e das dissertações. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, Marília, v. 5, n.1, p. 175-184, jan.-jun., 2018.

CASTRO, Vanessa Dias Bueno; DALL'ACQUA, Maria Júlia Canazza. Matrículas de alunos público-alvo da Educação Especial: dados dos censos escolares entre 2008 e 2012. **VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial**. Londrina de 05 a 07 novembro de 2013 - ISSN 2175-960X. Acesso em: 21 jan. 2019. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT02-2013/AT02-021.pdf>>. Acesso em 21 mar. 2019.

INSTITUTO EDUCACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2014**. Brasília, Inep, 2018. Disponível em:< <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 23 de mar. 2018.

INSTITUTO EDUCACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2015**. Brasília, Inep, 2018. Disponível em:< <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 23 mar. 2019.

INSTITUTO EDUCACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2016**. Brasília, Inep, 2018. Disponível em:< <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 23 mar. 2019.

INSTITUTO EDUCACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2017**. Brasília, Inep, 2018. Disponível em:< <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 23 mar. 2019.

INSTITUTO EDUCACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2018**. Brasília, Inep, 2019. Disponível em:< <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. 3ª ed. Rev. Campinas/SP: Autores Associados, 2012.

JANUÁRIO, Geane de Oliveira. O Direito à Educação no Ensino Superior de Pessoas com Deficiências. **Revista Internacional de Educação Superior**. Campinas, São Paulo, v. 5, n. 26, p.1-26, jan., 2019.

MARTINS, Diléia Aparecida; LEITE, Lúcia Pereira; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Políticas públicas para acesso de pessoas com deficiência ao Ensino Superior brasileiro: uma análise de indicadores educacionais. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.23, n. 89, p. 984-1014, out.- dez., 2015.

MELETTI, Silvia Márcia Ferreira; BUENO, José Geraldo Silveira. escolarização de alunos com deficiência: uma análise dos indicadores sociais no Brasil (1997-2006). **33reuniao.anped.org.br**. Disponível em: <http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT15-6760--Int.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2019.

PETTEN, Adriana Maria Valladão Novais et al. Política de cotas na universidade federal de minas gerais: uma análise do perfil dos alunos com deficiência. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, Marília, v. 5, n.1, p. 127-140, jan.- jun., 2018.

SALATA, André. Ensino Superior no Brasil das últimas décadas Redução nas desigualdades de acesso? **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 30, n. 2, mai.- ago., 2018.

SIQUEIRA, Inajara Mills; SANTANA, Carla da Silva. Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no Ensino Superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.16, n.1, p.127-136, jan.- abr., 2010.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 21, 22, 23, 77, 79, 122, 145, 163, 164, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 201

Ações Afirmativas 1, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 13

Aluno com Síndrome de Down 52

Aluno Surdo 26, 82, 85, 86, 87, 90, 91, 93, 94, 101, 106, 109, 110, 111, 157, 181

Apoio à inclusão 201

Atendimento Educacional Especializado 7, 9, 38, 64, 66, 69, 77, 78, 79, 86, 90, 122, 134, 135, 136, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 178, 200, 201, 202, 206, 207

Autismo 42, 63, 64, 119, 120, 121, 122, 125, 127, 130, 131, 132, 133

Avaliação de Políticas 70

B

Base de dados bibliográficas 187

Brasil 14, 15, 17, 21, 23, 25, 32, 47, 48, 50, 57, 64, 70, 72, 73, 79, 82, 83, 86, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 99, 104, 108, 109, 111, 116, 134, 135, 137, 138, 139, 154, 156, 160, 168, 169, 170, 171, 179, 181, 182, 187, 188, 189, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 199

C

Cidade 76, 105, 117, 125, 153, 167, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 181, 196

Consciência Linguística 152, 154, 155, 157

Contextos 7, 8, 80, 89, 102, 123, 134, 135, 136, 138, 161, 162, 181, 182

Criança 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 53, 56, 57, 58, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 78, 84, 100, 120, 121, 123, 125, 126, 130, 132, 133, 188, 190, 191, 197, 198, 207

Cuidador na escola 196, 199, 200, 202, 203, 206

Cultura 1, 4, 5, 25, 28, 31, 35, 36, 44, 65, 73, 75, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 89, 90, 91, 92, 93, 142, 145, 152, 156, 157, 173, 174, 177, 178, 208

D

Deficiência visual 144, 151, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178

Design 24, 25, 26, 27, 30, 32, 149

Dificuldade de aprendizagem 61, 62

Discurso 57, 80, 180

Dislexia 63, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194

E

Educação Básica 11, 17, 18, 25, 39, 44, 56, 70, 71, 74, 77, 90, 99, 142, 143, 151, 165, 208
Educação de Jovens e Adultos 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165
Educação de Surdos 75, 78, 79, 80, 81, 83, 86, 90, 93, 94, 95, 98, 100, 102, 104, 118
Educação em Saúde 34
Educação Especial 7, 12, 14, 15, 16, 18, 21, 22, 23, 39, 44, 53, 61, 63, 65, 66, 77, 78, 83, 86, 87, 88, 92, 93, 94, 102, 103, 104, 108, 118, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 145, 159, 163, 165, 178, 186, 190, 191, 193, 197, 198, 199, 206, 207
Educação Inclusiva 1, 2, 3, 7, 9, 11, 15, 18, 21, 51, 60, 78, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 100, 108, 118, 134, 135, 136, 137, 139, 151, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 196, 197, 198, 199, 201, 207
Educação Profissional 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151
Educação Superior 1, 2, 3, 4, 5, 6, 11, 12, 14, 15, 17, 22, 23, 35, 47, 48, 72
Ensino de Libras L2 180
Escrita 1, 43, 47, 58, 63, 66, 68, 75, 77, 81, 82, 88, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 153, 154, 156, 168, 184, 185, 188, 190, 191, 193, 204
Estratégias 1, 7, 8, 10, 35, 42, 53, 54, 59, 60, 61, 65, 88, 90, 108, 128, 144, 155, 159, 160, 163, 164, 177, 183, 185, 191, 202

F

Formação de Professores 25, 56, 85, 88, 90, 92, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 164, 208

I

Inclusão 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 31, 32, 33, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 72, 73, 74, 75, 77, 79, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 99, 101, 103, 108, 109, 111, 117, 118, 119, 120, 122, 131, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 155, 157, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 181, 188, 189, 196, 198, 199, 200, 201, 203, 206, 207
Infância 38, 40, 43, 44

J

Jogo Librário 24, 25

L

L1 152, 153, 155, 182
Lazer 97, 136, 167, 170, 173, 174, 177, 178
Libras 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 75, 76, 77, 79, 80, 81,

82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 113, 116, 117, 118, 138, 139, 145, 148, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186

Língua Brasileira de Sinais 16, 25, 31, 34, 35, 46, 48, 49, 50, 75, 76, 84, 85, 86, 87, 91, 92, 99, 101, 103, 106, 116, 118, 181, 185

Línguas de sinais 95, 152, 156

Ludicidade 67, 68, 119, 120, 123, 128, 130, 131, 208

M

Meio Ambiente 24, 26, 27, 29, 30, 31

Moçambique 134, 135, 137, 138, 139, 140

N

Núcleo de Acessibilidade 1, 6, 8, 10, 12, 13

P

Painel Sensorial 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69

Pessoas com deficiência 2, 3, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 40, 50, 53, 66, 79, 108, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 150, 151, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179

Políticas Educacionais 70, 83, 102, 135, 136, 138, 149

Português 25, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 118, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 184, 185, 189, 191

Prática docente 52, 56, 58, 59, 100, 102, 103

R

Revisão 17, 24, 46, 49, 59, 69, 75, 80, 85, 87, 132, 187, 189, 190, 193

S

Sala de Recursos 44, 61, 62, 63, 67, 68, 77, 132

Sinopses Estatísticas 14, 17, 18, 19

Surdez 35, 37, 48, 76, 80, 82, 83, 85, 87, 89, 90, 91, 93, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 104, 152, 158, 180, 182, 186, 202

Surdos 24, 25, 26, 28, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 48, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 113, 116, 118, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 180, 181, 182, 186

T

Tecnologia Social 24, 25, 32, 179

Terminologias de Química e Biologia em Libras 105

Trajetórias de aprendizagem 38, 42

EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

**Atena**
Editora

Ano 2020

EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

**Atena**
Editora

Ano 2020